



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 2021

Aprovação

Conselho de Administração: 22/03/2022



1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Identificação Geral	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc
CNPJ/NIRE	83.807.586/0001-28
Sede	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis/SC - CEP 88034-001
Tipo de estatal	Empresa pública
Acionista controlador	Governo do Estado de SC
Tipo societário	Sociedade anônima
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de atuação	Estadual
Setor de Atuação	Agricultura
Diretor Financeiro ou de Relações com Investidores	Jean Fabrício Moraes
Auditores Independentes atuais da empresa	VGA Auditores Independentes, (48) 3028-7776, auditores@vgaauditores.com.br
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Altair Silva Júnior Kunz Ricardo Miotto Ternus Humberto Bicca Neto Álvaro Antônio Ribas Dourado
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	Júnior Kunz - Presidente Jean Fabrício Moraes – Diretora Administrativa e Financeira Diego Rodrigo Torres Severo - Diretor de Defesa Agropecuária Marcos Roberto Pacheco – Diretor Institucional
Data de divulgação	22/03/2022

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Os interesses públicos subjacentes às atividades da Cidasc referem-se a fatores econômicos, sociais e de saúde pública, através de ações fiscalizatórias e de educação sanitária. Para Santa Catarina, as atividades agropecuárias são de fundamental importância econômica e social, geradoras de emprego e renda, além disso, a manutenção de padrões sanitários adequados auxilia na garantia de segurança alimentar para a população.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc foi criada pela lei 5.516/1979, sendo fundada em 27 de novembro de 1979. No dia 06 de setembro de 2005 foi transformada em Empresa Pública.

Nossa Missão: Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Visão: Ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária.



Compete à CIDASC, segundo a LC nº 381, 07 de maio de 2007, alterada pela LC nº534/11 e LC nº 741/2019:

I - executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual - SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

II - promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais

relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução; e VI - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

VII – assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Visando atender sua missão, a Cidasc possui uma estrutura organizacional descentralizada com 19 Departamentos Regionais e um Escritório Central localizado em Florianópolis, além das 63 barreiras sanitárias que formam um cinturão de proteção às divisas do Estado. Deste modo, a empresa consegue administrar cada região de acordo com as suas características regionais, o que proporciona maior efetividade em suas ações, e controlar a entrada e saída de animais e vegetais e seus subprodutos.



LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE FISCALIZAÇÃO

POSTOS DE FISCALIZAÇÃO DE SANTA CATARINA



3. POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA SUA OPERACIONALIZAÇÃO EM 2020

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

O processo de formulação de políticas públicas, também chamado de ciclo de políticas públicas, apresenta as seguintes fases:



Fonte: <https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>

A fase da agenda é onde se identifica os problemas existentes que merecem maior atenção, além de analisar a emergência destes e os recursos disponíveis.

A apresentação de alternativas que busquem minimizar ou eliminar os problemas apontados representa a segunda fase, onde são definidos os objetivos da política, os programas a serem desenvolvidos e seus planos de ação.

Após o levantamento das alternativas, o processo de tomada de decisão define quais ações serão tomadas, seus prazos e os recursos a serem utilizados.

A fase de implementação é a execução do planejamento das fases anteriores, onde os recursos e esforços são utilizados para atacar os problemas identificados visando a coletividade.

Finalizando o ciclo, a avaliação é uma ferramenta essencial para o processo de políticas públicas e, por isso, deve ser feita em todas as fases. Nela são avaliados os resultados das ações executadas e seu impacto perante a sociedade. É um momento de aprendizado para os atores envolvidos e busca identificar melhorias tanto para as políticas públicas em curso como para as novas a serem formuladas.



As políticas públicas estão diretamente relacionadas a direitos descritos na Carta Magna. A constituição de 1988 constituiu uma série de direitos aos cidadãos brasileiros em diversas áreas, tais como: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, assistência social, entre outros.

Um grande objetivo das políticas públicas nas quais a Cidasc está inserida é a promoção de ações para certificação sanitária que atenda às exigências dos mais diversos mercados. Por meio das ações da empresa, o Estado de Santa Catarina conquistou há 14 anos o status de Livre de Febre Aftosa sem Vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Em 2015, Santa Catarina foi reconhecida também como zona livre de peste suína clássica também pela OIE. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva.

A atuação da Cidasc está intimamente ligada às políticas públicas de saúde e desenvolvimento socioeconômico e o faz através dos programas de Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal, inspeção de Produtos de Origem Animal e Classificação de Produtos de Origem Vegetal.

A união indissociável entre saúde humana, animal e ambiental trouxe um novo conceito chamado de Saúde Única. Segundo a OIE (2016), 60% das doenças infecciosas humanas são zoonoses, 75% dos agentes de doenças infecciosas no homem de origem animal e de cada cinco doenças novas no homem que surgem por ano, três são de origem animal. Portanto, as ações de vigilância sanitária animal e vegetal executadas pela empresa foram um pilar essencial neste ciclo.

Conforme visto anteriormente, acompanhar a implementação e os resultados das políticas públicas é imprescindível para que seus objetivos sejam alcançados. As ações da Cidasc são monitoradas pelo Governo do Estado de Santa Catarina através dos indicadores estratégicos listados a seguir e suas metas:

- Percentual de propriedades fiscalizadas/vistoriadas dentre as 3.600 propriedades de maior risco (acumulado nos últimos 12 meses: **META = 80%**)
- Produção em conformidade com a legislação de agrotóxicos: **META = 90%**
- Número de concessões do Selo Arte: **META = 60 estabelecimentos**
- Número de propriedades leiteiras com vigilância para brucelose: **META = 60%**
- Percentual de estabelecimentos abatedouros de bovinos com sistema de vigilância ativa para brucelose e tuberculose implementado: **META = 60%**



Indicador:	Percentual de propriedades fiscalizadas / vistoriada, dentre as 3.600 propriedades de maior risco sanitário, acumulado nos últimos 12 meses	
CONTEXTO	Importância para SC/desenvolvimento rural	A vigilância epidemiológica, dentro da Defesa Sanitária Animal, se destina a demonstrar a ausência de determinada doença ou infecção em uma população estabelecida, bem como descrever sua presença e distribuição e, ainda, detectar precocemente a reintrodução de doenças exóticas ou emergenciais. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) alerta para o fato de não haver método científico capaz de fornecer uma certeza absoluta da ausência de determinada doença ou infecção e recomenda que o atendimento a essa demanda esteja fundamentado, preferencialmente, em ações contínuas de vigilância, suportadas por adequado sistema de informação. Assim, a combinação dos dados obtidos por fontes aleatórias com fontes não aleatórias e dirigidas aos riscos eleva o nível de confiança do processo ou, ao menos, aumenta a capacidade de detecção de limites ainda inferiores da ocorrência da doença ou infecção em relação à prevalência de delineamento, mantido o nível de confiança dos estudos estruturados. Uma das estratégias que encontra cada vez maior respaldo na literatura especializada é a vigilância baseada em risco, que baseia-se no fato de as propriedades não possuírem riscos homogêneos de estarem infectadas e, tampouco, de serem detectadas caso possuam animais doentes. Esta metodologia segrega as subpopulações com base nos fatores de risco a que estão expostas e na probabilidade de detecção desta exposição. Assim, elementos da vigilância baseada em risco podem ser observados praticamente na totalidade das atividades desempenhadas para vigilância, sejam as sorologias para detecção ou mesmo o monitoramento permanente das propriedades consideradas de maior risco.
	Situação atual	Fiscalização de propriedades classificadas como "Propriedades de risco", porém ainda no entendimento antigo de classificação de risco; - Critérios de risco estão sendo aplicados, inicialmente, no grupo de propriedades que já eram consideradas como de risco.
	Principais gargalos	- Possível falha de entendimento na aplicação dos critérios, por ser um novo processo que está sendo implantado; - Registro dos critérios realizado por indicadores do "registro de atividades", porém depende de lançamento no Sigen+, posteriormente, pois os indicadores não interagem diretamente com a tela do Sigen+; - Pandemia do Covid 19.
Ações, Programas e Iniciativas	histórico de ações	Até 2020, as propriedades de risco na DSA eram classificadas sem critérios bem definidos, baseados em manuais não específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse contexto trazia um resultado da classificação de risco despadronizado e, algumas vezes, até equivocado. Historicamente, eram realizadas fiscalizações nessas propriedades de risco, porém não ficava claro as ações a serem adotadas nas mesmas, pois não era bem definido o motivo pelo qual essas propriedades eram consideradas como "de risco". Após o desenvolvimento do "MANUAL DE VIGILÂNCIA ATIVA - DEDSA", onde, dentre outras coisas, foram listados os critérios de risco para categorização das propriedades de maior risco para cada doença, as propriedades estão sendo reclassificadas para que as atividades de fiscalização em propriedades de maior risco sejam otimizadas.
	em andamento	- Desenvolvimento do plano de ação para alcance do objetivo deste indicador; - Aplicação dos critérios de risco por doença nas propriedades que já eram classificadas como "Propriedades de risco" anteriormente; - Fiscalização das propriedades de maior risco
	Planejadas	- Fiscalização das propriedades que já eram classificadas como "Propriedades de risco" anteriormente, para atualização dos critérios e da classificação, se necessário; - Aplicação dos critérios de risco por doença, no Sigen+, em todas as propriedades que já eram classificadas como "Propriedades de risco" anteriormente; - Fiscalização das propriedades de Santa Catarina com aplicação dos critérios de risco; - Fiscalização das 3600 propriedades de maior risco sanitário, anualmente.
Órgãos/Setores envolvidos	CIDASC	



Indicador:	PRODUÇÃO EM CONFORMIDADE COM LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS
Importância para SC/desenvolvimento rural	<p>A produção de alimentos de forma convencional, com o uso de agrotóxicos, deve ser realizada de acordo com a legislação sobre o uso deste tipo de insumo agrícola. Para seu registro, os agrotóxicos precisam ser aprovados pelo Ibama, Anvisa e Mapa. Os agrotóxicos são registrados para culturas e alvos específicos, conforme estudos apresentados aos órgãos em suas competências.</p> <p>O uso correto dos agrotóxicos pressupõe que os resíduos dessas substâncias nos alimentos ficarão dentro dos limites considerados seguros para o consumo da população. O uso incorreto, por outro lado, sujeita a população a efeitos não previstos, colocando em risco a saúde coletiva.</p> <p>Segundo o Decreto Estadual 1331/2016, Art. 3º, compete à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR), por intermédio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), entre outros, o disposto no inciso VIII – mostrar produtos de origem vegetal para avaliação dos níveis remanescentes de resíduos de agrotóxicos, seus componentes e afins;</p> <p>O decreto define ainda, em seu Art. 35, que o produtor agrícola ou o manipulador de produto agrícola, conforme responsabilidade a ser apurada em processo administrativo próprio, são os responsáveis pela qualidade dos respectivos produtos, de forma a garantir:</p> <p>I – que os resíduos de agrotóxicos e afins não ultrapassem os limites máximos permitidos pela legislação em vigor; e</p> <p>II – a ausência de resíduos de agrotóxicos e afins de uso não autorizado para a cultura.</p> <p>Parágrafo único. Quando não for possível identificar o produtor agrícola ou o manipulador do produto agrícola, a responsabilidade de que trata o caput deste artigo recairá sobre o detentor do produto.</p>
Situação atual	<p>Os dados disponíveis atualmente em SC são os disponibilizados pelo MPSC como fruto do Programa Alimento Sem Risco - PASR. As coletas das amostras do PASR são realizadas prioritariamente pela CIDASC através de termo de cooperação técnica.</p> <p>O índice de conformidade dos alimentos amostrados em SC através do PASR era de apenas 67% em 2011 para 83,2% de conformidade em 2019.</p> <p>Os resultados alcançados pelo programa são resultado da redução da sensação de impunidade que existia pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. O MPSC, através de termos de ajustamento de conduta - TACs, responsabilizou produtores e comerciantes de alimentos pelos resíduos inconformes detectados nas amostras.</p> <p>Contudo, a metodologia do PASR é de amostragem para monitoramento, com amostra simples dos produtos. A ferramenta do TAC vem funcionando, contudo, não a Cidasc não conduz procedimentos administrativos em relação aos resíduos, uma vez que, para isso, seria necessária a amostragem em triplicada, garantindo ampla defesa ao detentor do produto.</p> <p>Entendemos que, para reduzir as inconformidades, é necessário um programa estadual de monitoramento e fiscalização de resíduos de agrotóxicos, conduzido pela Cidasc, conforme prevê a legislação.</p>

CONTE
XTO



	Principais gargalos	<ul style="list-style-type: none">- Para o desenvolvimento rural, pode ser negativo ter a imagem dos alimentos produzidos em SC aliada aos problemas derivados do excesso de resíduos ou resíduos proibidos de agrotóxicos.- O PASR é financiado pelo Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL. Até o momento não foi renovado o PASR para 2020, comprometendo o indicador de gestão do governo estadual.- Para que a responsabilização pelos resíduos seja mais eficiente é necessário realizar, além das amostras de monitoramento, amostras fiscais, reduzindo a impunidade pelo uso irregular de agrotóxicos.- A Cidasc não possui orçamento para o pagamento das análises laboratoriais e investimentos previstos no programa estadual proposto.
Ações, Programas e Iniciativas	histórico de ações	O uso incorreto de agrotóxicos ainda é grande no estado. Historicamente houve uma banalização do uso desse tipo de produto pela ausência de fiscalização efetiva. Além das amostragens realizadas através do PASR, a Cidasc fiscaliza o comércio, recomendações e uso de agrotóxicos.
	em andamento	Apresentação projeto à SAR para o Programa de monitoramento e fiscalização de resíduos de agrotóxicos
	Planejadas	<ul style="list-style-type: none">- Realizar 900 (novecentas) amostras de produtos de origem vegetal, podendo ocorrer coletas na produção, comércio e canais de distribuição da seguinte forma:<ul style="list-style-type: none">*400 (quatrocentas) amostras de produtos de origem vegetal com origem na agricultura convencional, para fins de monitoramento da produção através da metodologia de multiresíduos com a análise de 450 princípios ativos de agrotóxicos;*350 (trezentos e cinquenta) amostras de produtos de origem vegetal com origem na agricultura convencional para fins fiscais, através da metodologia de multiresíduos com a análise de 450 princípios ativos de agrotóxicos;*100 (cem) amostras de produtos de origem vegetal com origem na agricultura orgânica, para fins de monitoramento da produção através da metodologia de multiresíduos com a análise de 450 princípios ativos de agrotóxicos;*50 (cinquenta) amostras de produtos de origem vegetal agricultura convencional para fins fiscais ou de monitoramento, conforme a necessidade, através de metodologia específica para análise de princípios ativos que não são atendidos pelo método de multiresíduos (ex: paraquat, diquat, glifosato...)- 50 (cinquenta) amostras de abelhas com suspeita de intoxicação por agrotóxicos para análise de resíduos de agrotóxicos;- 50 (cinquenta) amostras de produtos agrotóxicos para análise qualitativa do insumo quanto às concentrações e princípios ativos presentes.- Diagnosticar o uso de ingredientes químicos na produção de alimentos, com ênfase na verificação de resíduos de agrotóxicos fora da conformidade em produtos de origem vegetal;- Investigar casos de mortalidade de abelhas por uso de agrotóxicos, identificando possíveis culpados e fomentando o debate na busca por medidas que minimizem o efeito desses produtos sobre as mesmas;- Controlar a qualidade do insumo agrotóxico ofertado aos agricultores catarinenses e coibir o comércio e uso de produtos agrotóxicos falsificados e sem registro junto ao Ministério da Agricultura;- Fortalecer a economia agrícola de Santa Catarina;- Estimular sistemas de produção com o uso racional de agrotóxicos;- Estimular sistemas de rastreabilidade de produtos de origem vegetal;- Criar infraestrutura e logística interna para conservação das amostras;- Apoiar pesquisas relacionadas ao tema; e,- Analisar, processar e criar ferramenta para divulgação dos resultados e relatórios do Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos em sítio eletrônico oficial.



		-Criar indicador estadual de qualidade dos alimentos ofertados à população catarinense quanto ao uso de agrotóxicos;
Órgãos/Setores envolvidos	CIDASC	

Indicador:	SELO ARTE	
CONTEXTO	Importância para SC/desenvolvimento rural	A concessão do selo ARTE aos produtos de origem animal como queijos, mel, pescados e embutidos produzidos no estado de Santa Catarina em estabelecimentos com serviço de inspeção destina-se a identificação de que estes produtos possuem características artesanais, são elaborados com matérias-primas com origem determinada, a partir de técnicas prioritariamente manuais e por quem tenha o domínio integral do processo e com isso a autorização de comercialização destes produtos passam a ser em todo o território nacional. Haverá o reconhecimento dos produtores artesanais catarinenses e de seus produtos que serão conhecidos e saboreados em qualquer parte do Brasil, aumentando a renda dos produtores, promoção da saúde pública, agregando valor ao produto e dando destaque ao estado em todo território nacional.
	Situação atual	Recebimento de comunicações eletrônicas com questionamento prévio de atendimentos aos requisitos constantes na legislação vigente. Recebimento de documentações de estabelecimentos com serviço de inspeção municipal e estadual com a documentação necessária à concessão do selo ARTE. Análise da documentação, elaboração de Nota Técnica solicitando complemento de documentação, agendamento de auditoria in loco e/ou homologação do selo ao produto solicitado.
	Principais gargalos	Dificuldade de atendimentos a todos os requisitos constantes na legislação, principalmente na identificação da origem de matéria prima para cumprimentos das Boas Práticas Agropecuárias, voltado aos produtos cárneos e de caracterização e identificação do produto como artesanal, diferenciando a sua produção de uma produção industrial. Falta de publicações de normativas e diretrizes para todas as categorias de produtos. Dificuldade técnica dos profissionais responsáveis técnicos dos serviços de inspeção municipal para identificação deste produtos nos estabelecimentos em que atuam; recursos humanos da Cidasc insuficientes para o desenvolvimento do projeto.
Ações, Programas e Iniciativas	histórico de ações	Após a publicação da lei federal 13.680/2018 e sua regulamentação pelo Decreto 9.918/2019, a Cidasc por meio do DEINP reuniu-se com demais entidades como SAR, MAPA e Epagri para elaboração dos procedimentos a serem executados no estado de Santa Catarina, resultando na publicação da Portaria SAR 20/2020, a qual elenca os procedimentos que devem ser adotados e encaminhados pelos interessados, possibilitando a identificação e avaliação dos produtos artesanais catarinenses produzidos segundo as características e métodos tradicionais. Elaboração de capacitação via Youtube para profissionais da área de agricultura, Epagri e serviços de inspeção. Divulgação em mídia social (TV e rádio), publicação de reportagens e entrevistas sobre os procedimentos adotados pelo DEINP.
	em andamento	Análise de processos recebidos. Concessões de selo com entrega oficial. Reuniões virtuais com associações de municípios. Divulgação de entrega de selo ARTE aos produtos que receberam o reconhecimento em mídia social.



	nto	
	Planejadas	Reuniões, treinamentos e capacitações regionalizadas. Elaboração de procedimentos para envio de requerimentos pelo site do MAPA pelo Sistema de Gestão do Selo Arte (SGSA).
Órgãos/Setores envolvidos	CIDASC	

Indicador:	NÚMERO DE PROPRIEDADES LEITEIRAS COM VIGILÂNCIA PARA BRUCELOSE	
CONTEXTO	Importância para SC/desenvolvimento rural	Encontrar de forma mais rápida e barata os rebanhos com suspeita de focos de brucelose utilizando a cadeia produtiva do leite, onde amostras de leite de tanque das propriedades serão examinados para detecção de anticorpos contra Brucelose. A vigilância ativa evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los.
	Situação atual	A vigilância da brucelose está implantada apenas na vigilância dos vínculos epidemiológicos com os focos, os exames estão sendo realizados no laboratório de Joinville. A Portaria que exige a vigilância uma vez por ano em propriedades leiteiras está na SAR aguardando publicação.
	Principais gargalos	Falta de legislação para exigir as análises de brucelose nas propriedades leiteiras. Controle das amostras enviadas ao laboratórios pelos laticínios e seus resultados sem estarem dentro do sistema informatizado. Manutenção de um serviço de envio de amostras diretamente das regionais ao laboratório de Joinville.
Ações, Programas e Iniciativas	histórico de ações	Um Projeto Piloto foi realizado pelo Programa SCRural desde 2011 até 2018 obtendo dados volumosos sobre o melhor diagnóstico a ser utilizado e a melhor logística das amostras utilizando as mesmas amostras da qualidade do leite enviadas a RBQL.
	em andamento	Portaria 16 com maiores exigências de vigilância da brucelose em leite publicada em junho com entrada em vigor em 90 dias. Edital de credenciamento de laboratórios para realização das análises de ELISA em leite para detecção de anticorpos contra brucelose.
	Planejadas	Aguardando publicação da Portaria pela SAR para publicação do Edital de credenciamento de laboratórios para realização das análises de ELISA em leite para detecção de anticorpos contra brucelose.
Órgãos/Setores envolvidos	SAR, CIDASC, cadeia produtiva do leite, SES.	



Indicador:	% de estabelecimentos abatedouros de bovinos com sistema de vigilância ativa para brucelose e tuberculose implementado	
CONTEÚTO	Importância para SC/desenvolvimento rural	Encontrar de forma mais rápida e barata os rebanhos com suspeita de focos de brucelose e tuberculose utilizando a cadeia produtiva da carne, onde os animais enviados para o abate, de forma aleatória, são examinados para estas duas doenças. A vigilância ativa evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los.
	Situação atual	A vigilância da tuberculose já está implantada em todos os abatedouros com SIF e SIE desde 2018. Em fevereiro de 2020 foi implantada em todos os SIE por meio da Instrução de Serviço Conjunta nº10 a vigilância da brucelose, com prazo de 30 dias para ser colocada em prática.
	Principais gargalos	Aquisição de insumos para o laboratório da CIDASC e recursos para o pagamento das análises de PCR para tuberculose em laboratório terceirizado. Manter os abatedouros municipais na meta de realização da atividade sem ter autoridade sobre esta fatia da cadeia produtiva. Envio de amostras sendo feitas pelos abatedouros sem amparo legal para este custo ser do abatedouro.
Ações, Programas e Iniciativas	histórico de ações	A vigilância da tuberculose já está implantada em todos os abatedouros com SIF e SIE desde 2018. A vigilância da brucelose estava sendo feita como Projeto Piloto em alguns SIE e em todos os SIFs.
	em andamento	Aquisição de antígenos e análises de PCR para os próximos 6 meses de modo emergencial e preparação de processo de licitação para aquisição para mais um ano.
	Planejadas	Entrar em contato com a FECAM ou com os municípios envolvidos para solicitar participação nas atividades de vigilância ativa.
Órgãos/Setores envolvidos	CIDASC, MAPA, SECRETARIAS DE AGRICULTURA DOS MUNICÍPIOS, SES	



Esses indicadores avaliam algumas ações estratégicas da Cidasc e representam um importante termômetro sobre as atividades executadas e seus impactos na sociedade.

Um grande objetivo das políticas públicas nas quais a Cidasc está inserida é a promoção de ações para certificação sanitária que atenda às exigências dos mais diversos mercados. Por meio das ações da empresa, o Estado de Santa Catarina conquistou há 14 anos o status de Livre de Febre Aftosa sem Vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Em 2015, Santa Catarina foi reconhecida também como zona livre de peste suína clássica também pela OIE. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva.

Outra política pública muito presente no dia a dia da Cidasc é a educação mediante os programas de **Educação Sanitária**. É atividade estratégica e instrumento da Defesa Agropecuária que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral. Essa política é feita no dia a dia através de orientações a produtores e sociedade em geral, assim como por meio de cursos ofertados gratuitamente e através dos programas do Sanitarista Júnior, que atende alunos do ensino fundamental da rede pública, e do recém lançado Sanitarista Acadêmico, que foca em alunos de cursos da graduação.

O **Sanitarista Acadêmico** é um programa inovador que tem por objetivo conectar a defesa agropecuária com as organizações de ensino técnico e superior. As organizações de ensino têm papel fundamental nas formações de futuros profissionais, agentes influenciadores do “Agro”, para que esses reconheçam como de seu interesse a preservação da saúde animal e sanidade vegetal, e sua relação com o bem-estar global, e assim, conscientemente, se disponham a conhecer, aceitar, e praticar e fomentar as ações de defesa agropecuária, estando também, dessa forma, capacitados a ingressar em um amplo mercado de trabalho cada vez mais exigente.



4. ORÇAMENTO PREVISTO PARA 2021

Conforme a LOA (Lei Orçamentária Anual), segue previsão orçamentária para 2021:

Orçamento por programa de governo previsto para 2021			
Programa de Governo	Objetivo do Programa	Principais Atividades Executadas	Valor Orçado LOA
Qualidade e de Vida no Campo e na Cidade	Melhorar a infraestrutura do meio rural, pesqueiro e regularização de áreas produtivas.		R\$ 830.000,00
Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva do setor agropecuário e pesqueiro catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, com produção sustentável, importação e exportação dos insumos e produtos agropecuários		R\$ 461.000,00
Agricultura Familiar	Fomentar a infraestrutura e tecnologia de produção nas propriedades rurais e pesqueiras		R\$ 1.444.779,78
Gestão de Pessoas	Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a	Remuneração e encargos de servidores e estagiários.	R\$ 199.694.834,00



	cargo do Governo do Estado.		
Gestão Administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.	Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	R\$ 30.015.969, 67
Defesa Sanitária Agropecuária	Promover a sanidade animal e vegetal, a qualidade de seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e promover a saúde única.	Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas); Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais e Produtos de Origem Animal; Educação Sanitária; Fiscalizações em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade; colheita de amostras e Classificação de produtos de origem vegetal.	R\$ 10.913.674, 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <https://www.ourofinsaudeanimal.com/ourofinoemcampo/categoria/artigos/voce-conhece-o-conceito-de-saude-unica-one-health/>
- <https://www.cfmv.gov.br/saude-unica/comunicacao/2018/10/09>